

JORNAL DA CTB

Diário da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Edição 48 | De 10.11.2017 a 13.11.2017



Presidente Adilson Araújo

10 DE NOVEMBRO



DIA DE RESISTÊNCIA



AS CENTRAIS SINDICAIS e os movimentos sociais levaram milhares de trabalhadoras e trabalhadores às ruas em pelo menos 18 estados do país. Protestaram contra a nova lei trabalhista que entrou em vigor neste sábado (11), inaugurando um período de precarização radical das condições de trabalho no Brasil. “Estão impondo uma agenda ultraliberal que liquida com a CLT e rasga a Constituição”, afirmou Adilson Araújo, presidente da CTB, em discurso na Praça da Sé, em São Paulo.

TOQUE DE CLASSE

Reforma
Trabalhista:
vale a Lei ou o
Direito?

A chamada "Reforma Trabalhista", materializada pela Lei 13.467/17, representa a mais profunda e abrangente alteração na CLT desde sua promulgação em 1943, com mudanças que atingem as três fontes do Direito do Trabalho: a lei, a sentença normativa da Justiça do Trabalho e a negociação coletiva. A lei, proposta originalmente para modificar apenas 13 itens da CLT, foi ampliada no Congresso com o nitido propósito de reduzir custos do empregador, ampliar o lucro e a competitividade das empresas, além de dificultar o acesso ao Judiciário trabalhista e anular a jurisprudência consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O escopo da reforma é abrangente e todos as mudanças, apresentadas sob o argumento de "modernização das relações de trabalho", já constavam de documentos de entidades patronais e de proposições de iniciativa da bancada empresarial, em tramitação no Congresso. O relator apenas sistematizou tudo isso. A narrativa de sustentação da "reforma" escamoteia seus reais objetivos. Ela foi aprovada sob a retórica de segurança jurídica e de modernização das relações de trabalho, mas seu verdadeiro alvo é o desmonte do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil. A investida foi tão radical, que seus próprios autores admitem rever alguns exageros.

O texto da reforma, entretanto, precisa ser interpretado à luz da Constituição e dos tratados internacionais. O Direito não é igual à lei. Na aplicação do Direito, desde que provocado pelos advogados ou pelo Ministério Público, o Juiz precisa compatibilizar a lei com a Constituição, com as convenções internacionais e com os princípios tutelares, no caso do Direito do Trabalho.



Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

AJUSTES À REFORMA VÃO AO CONGRESSO

Governo recua e deve enviar projeto de lei em vez de medida provisória

PORTAL CTB
imprensa@portalctb.org.br

O GOVERNO deve enviar nesta segunda (13) ao Congresso Nacional os ajustes na lei da reforma trabalhista que foram acordados com os senadores. Incluem dois aspectos principais: impedir o trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres e a demissão seguida de contratação por contrato mais vantajoso para empresa (será exigido intervalo de 18 meses). No entanto, o combinado era



que o governo editaria uma Medida Provisória, para que as alterações passassem a valer imediatamente. O plano mudou, e já se fala em

um projeto de lei, o que implicaria em tramitação na Câmara e longa demora para sua validação. É o golpe dentro do golpe.

ATOS NO CEARÁ LEVAM
DEZ MIL ÀS RUAS

Sindicatos cetebistas participaram ativamente dos protestos, em Fortaleza, contra as reformas do governo golpista de Michel Temer na sexta (10) contra a reforma trabalhista. O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua-CE) denunciou a privatização da água "disfarçada de Parceria Público Privada (PPP)", afirma Jadson Pontes, presidente do Sindiagua-CE. Já Marta Brandão, presidenta do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Ceará (Sindsaúde-CE), destaca a importância de se fortalecer a luta contra os retrocessos. "Além de lutarmos pela revogação da reforma trabalhista, estamos nas ruas para garantir uma saúde pública de qualidade para todas as brasileiras e brasileiros", afirma.

BANCÁRIOS DA BAHIA:
456 AGÊNCIAS PARAM

Agências bancárias em toda a Bahia amanhecaram de portas fechadas na sexta (10). A manifestação foi pela revogação da reforma trabalhista, contra a reforma da Previdência e em defesa dos bancos públicos. Em todo o Estado, 456 unidades só abriram as portas a partir do meio dia. Reportagem do Valor revela que, mesmo com a crise, os bancos lucraram mais este ano. Somados, os gigantes do sistema financeiro Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander registraram lucro de R\$ 16,4 bilhões, com alta de 14,6% em relação ao ano passado.